

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JORDANA STRANO ESPADA

INSTRUMENTALIZAÇÃO ÉTNICA EM CONFLITOS:
GUERRA CIVIL SÍRIA, GENOCÍDIO EM MIANMAR E TERROR DE ESTADO NO
SUDÃO

UBERLÂNDIA

2024

JORDANA STRANO ESPADA

INSTRUMENTALIZAÇÃO ÉTNICA EM CONFLITOS:
GUERRA CIVIL SÍRIA, GENOCÍDIO EM MIANMAR E TERROR DE ESTADO NO
SUDÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

UBERLÂNDIA

2024

JORDANA STRANO ESPADA

INSTRUMENTALIZAÇÃO ÉTNICA EM CONFLITOS:
GUERRA CIVIL SÍRIA, GENOCÍDIO EM MIANMAR E TERROR DE ESTADO NO
SUDÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

Uberlândia, 24 de outubro de 2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes (IERI/UFU)

Prof. Dr. Flávio Pedroso Mendes (IERI/UFU)

Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá (IERI/UFU)

Agradecimentos

Ao longo de toda trajetória acadêmica e, especialmente, de dedicação a este trabalho, algumas pessoas foram essenciais.

Agradeço aos meus pais: meu pai, Alexandre, meu principal professor e primeiro orientador – este trabalho somente foi possível em virtude de nossas inúmeras discussões; minha mãe, Isabel, amiga e preciosa companheira em cada fase. Nunca haverá palavras para expressar meu amor por vocês, obrigada por estarem presentes e sempre serem meus principais incentivadores.

Agradeço a minha família, é alívio saber que tenho vocês. Apesar da distância física, obrigada por sempre estarem juntos a mim. Gostaria de citar de forma especial minha avó Eurídice, minhas tias Angela e Juliana e minha prima Beatriz, mas também deixo meu carinho a todos os tios(as) e primos(as) - tantos que citá-los seria um monólogo. Amo cada um de forma única.

Agradeço aos amigos, que tornam as pressões da vida mais leves e são abrigo. Carrego vocês no meu coração.

Agradeço aos professores que me inspiraram e me instigaram durante toda a graduação de relações internacionais, área pela qual sou apaixonada. Nisto incluo meu orientador, Aureo Toledo, sua orientação foi fundamental para escolha de caminhos corretos e realização de melhorias tão necessárias. Obrigada por não me limitar, mas pelo contrário, conduzir minhas ideias para as melhores direções.

Por fim, porém mais importante: agradeço a Deus, não como protocolo, mas como verdadeira essência da minha vida e razão de toda a jornada, inclusive acadêmica.

Instrumentalização Étnica em Conflitos: guerra civil Síria, genocídio em Mianmar e terror de Estado no Sudão¹

Jordana Strano Espada²

Resumo:

Quais razões levam a instrumentalização étnica em conflitos? Há três debates principais a respeito de conflitos étnicos. Os primordialistas, acreditam que o conflito decorre de ódios e ressentimentos antigos entre os grupos étnicos com identidades fixas, ignorando processos estruturais, econômicos e políticos nos quais os grupos estão inseridos e os conflitos irrompem. Para os epifenomenalistas, a violência étnica é fachada para o antagonismo de classes, sendo apenas uma aparência incidental de lutas por poder político e econômico. Por fim, na visão dos construtivistas, o conflito étnico seria resultado da construção de contextos que promovem associações e geram um ambiente propício para mobilização étnica. Partindo da perspectiva construtivista, o presente projeto de mestrado tem por objetivo entender a mobilização étnica como instrumento em conflitos. Para isto, se fará uso de revisão bibliográfica de estudos acerca da conceituação de etnicidade e da relação entre natureza da identidade étnica e conflito, assim como será utilizado o método comparativo entre Síria, Mianmar e Sudão. Deste modo, a partir da observação de países que sofreram com formas semelhantes de instrumentalização étnica, apesar de localizados em regiões diferentes do globo - Oriente Médio, Ásia e África; enfrentarem distintos tipos de violência política - guerra civil, genocídio e terror de Estado; e estarem em diferentes contextos políticos, levanta-se a hipótese de que mobilizadores instrumentalizam a etnia pois grupos étnicos possuem mais razões, oportunidades e incentivos para engajamento e adesão devido a: (1) apresentarem maiores queixas contra o Estado ou *status quo* quando este não lhe é favorável, principalmente se governado por um grupo étnico divergente; (2) disporem de maior organização e apoio pelas afinidades identitárias e proximidades territoriais; e (3) tender a serem menos flexíveis em negociações.

Palavras-chave: conflitos étnicos, guerra civil, genocídio, terror de Estado, instrumentalização

¹ Projeto de mestrado apresentado como trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais, orientado pelo Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes.

² Discente do curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). E-mail: jordana.s.espada@gmail.com.

Justificativa do tema:

Após a Guerra Fria, houve uma mudança de tendência nos conflitos armados globais, com a maior parte passando a ter natureza intraestatal. Em 1989 - ano da queda do Muro de Berlim - houve 39 conflitos intraestatais e somente dois interestatais (Uppsala Conflict Data Program, 2024). A tendência estabelecida no pós Guerra-Fria permaneceu: no ano de 2023, em todo o globo, havia 57 conflitos intraestatais e apenas dois interestatais (Uppsala Conflict Data Program, 2024). Ademais, além da frequência, outro ponto que torna este estudo relevante é a alta mortalidade resultante de tais conflitos: de 1989 a 2022, os conflitos intraestatais resultaram em 1,7 milhões de mortes, isto representando metade de todas as mortes somadas em conflitos (intraestatais, interestatais, unilaterais e não-estatais) desde 1989 (Herre, 2024).

A partir desta mudança de tendência, os conflitos intraestatais, em sua maioria, tornaram-se de cunho nacionalista, étnico e/ou religioso (Posen, 2003). Nisto, dentro da grande problemática de conflitos intraestatais, introduz-se um subtipo de conflito: os conflitos étnicos. O termo “conflito étnico” engloba vários tipos de violência entre grupos étnicos, como violência comunitária, motins étnicos, limpeza étnica, genocídio e guerras civis (Cederman e Wucherpfennig, 2016). Tais embates ganharam maior destaque acadêmico quando os conflitos armados intraestatais tornaram-se predominantes, mas conflitos interestatais também podem envolver a variável étnica, como os dois conflitos entre Estados em vigor atualmente: Israel vs. Palestina³ e Rússia vs. Ucrânia⁴.

Todavia, conflitos intraestatais possuem maior possibilidade de envolver a dimensão étnica pois tem como atores principais outros sujeitos além do Estado, como os grupos étnicos. Reflexo disto são os dados sobre as guerras intraestatais entre 1945 e 2014 revelarem que dos 73 conflitos que se desencadearam pelo controle do poder central do Estado, 33 foram étnicos (45,21%) e dentre as 40 guerras pela secessão do Estado/guerras separatistas, 39 foram étnicas (97,50%) (Denny e Walter, 2014). Ainda, tendo em vista o início de conflitos civis distribuídos no tempo desde 1946, as guerras civis étnicas dominaram quase todos os períodos desde o final da Segunda Guerra Mundial (Denny e Walter, 2014). Diante disto, a etnia torna-se um objeto

³ Árabes e judeus possuem rivalidades históricas que perpassam diferenças culturais e religiosas, e questões territoriais, como o conflito Israelo-árabe/palestino, o qual perpetua discursos de ódio e a construção da identidade do “outro” como oponente (Sharabi, 2010).

⁴ Após o fim da União Soviética, cerca de 25 milhões de indivíduos que poderiam ser interpretados, por sua etnia ou idioma, como russos, viram-se fora das fronteiras da atual Rússia. Diante disto e do desejo de recuperar territórios, a Rússia se coloca como “pátria” étnica, explorando as lealdades e identidades da população no leste da Ucrânia - onde há predominância de russos étnicos e falantes de russo - por meio da divisão etnolinguística e da manipulação da memória histórica. Embora não seja um conflito étnico em si, a politização da etnia somada ao nacionalismo é um fator catalisador do conflito entre Rússia e Ucrânia (Harris, 2020).

de estudo fundamental para compreender os conflitos nos quais ela está inserida.

Portanto, considerando a maior frequência, complexidade de resolução e maior número de mortes em conflitos intraestatais, onde a variável étnica apresenta protagonismo, os países selecionados para estudo do método comparativo do presente projeto são representantes deste modelo: Síria, Mianmar e Sudão. Os países escolhidos para análise têm em seu estudo fundamental importância, pois são “referências” atuais em suas formas de violência política - guerra civil, genocídio e terror de Estado - no qual há a mobilização da variável étnica; e estão situados entre os 10 Estados que apresentam maiores níveis de violência do mundo, isto é, estão em situação de violência extrema: Mianmar em segundo lugar, Síria em terceiro e Sudão em oitavo (ACLEED, 2024). Logo, têm-se em comum a instrumentalização da etnia em uma situação de conflito extremo.

A guerra civil na Síria, em vigência desde 2011, deixou mais de 350 mil mortos; 6,9 milhões de deslocados internos e 6,6 milhões de refugiados (totalizando 13,5 milhões de deslocados). Tais dados configuram a guerra civil síria como geradora da maior crise de deslocamento forçado do mundo em décadas (ACNUR, 2024; ONU, 2021). O conflito tem impactos globais não apenas em virtude dos refugiados, mas porque se internacionalizou, visto que o governo sírio e os rebeldes receberam auxílio de países da região e de potências que projetam seus interesses e rivalidades na guerra civil.

Mianmar possui relevância primordial para o estudo, pois é o conflito com maior fragmentação de grupos armados do mundo (ACLEED, 2024). Dentro do conflito civil, o genocídio contra o grupo étnico rohingya já deixou milhares de mortos e deslocados, porém devido ao controle estatal é difícil precisar dados a respeito da crise humanitária. Entretanto, pesquisas realizadas pelos Médicos Sem Fronteiras estimam - na estimativa mais conservadora - que pelo menos 6.700 rohingya foram mortos, no qual 730 eram crianças menores de cinco anos, e mais de 647.000 fugiram para Bangladesh em apenas um mês do ano de 2017, quando o exército e milícias locais realizaram violência generalizada contra esta população em seu estado de concentração, Rakhine (MSF, 2014). Após o golpe realizado em 2021, a situação do conflito agravou-se e, segundo as Nações Unidas, 18,6 milhões de pessoas (um terço da população do país) precisam urgentemente de assistência humanitária, sendo que este número anteriormente ao golpe era de 1 milhão de pessoas (ONU, 2024b).

Por fim, o conflito na região de Darfur no Sudão levou à morte de 300.000 pessoas e a 400.000 refugiados. Em resposta às atrocidades cometidas durante o conflito, o Tribunal Penal Internacional emitiu mandados de prisão contra diversos funcionários do governo sudanês,

inclusive ao ex-presidente, Omar al-Bashir - autocrata que dirigiu por 30 anos o terror do Estado no país - por crimes contra humanidade e crimes de guerra. Mesmo após a saída de al-Bashir do poder, o conflito étnico incitado por seu governo deixou resquícios, a ponto de o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU (OCHA) classificar o Sudão como representante da maior crise humanitária do mundo (ONU, 2023).

Objetivos:

- **Objetivo Geral:** Investigar a instrumentalização étnica nos conflitos de Síria, Mianmar e Sudão, buscando avaliar a hipótese de grupos étnicos possuírem mais razões, oportunidades e incentivos para mobilizarem-se devido a: (1) apresentarem maiores queixas contra o Estado ou *status quo* quando este não lhe é favorável, principalmente se governado por um grupo étnico divergente; (2) disporem de maior organização e apoio pelas afinidades identitárias e proximidades territoriais; e (3) tender a serem menos flexíveis em negociações.
- **Objetivos Específicos:**
 - o Revisar a literatura que trabalha conceitos de identidade étnica e que vinculam etnicidade e conflito a fim de compreender suas definições clássicas
 - o Entender as bibliografias de viés construtivistas sobre a conceituação de identidade étnica e que estudam a relação entre natureza étnica e conflito
 - o Realizar um estudo histórico e contextualização atual da situação de guerra na Síria, Mianmar e Sudão
 - o Analisar comparativamente a instrumentalização da etnicidade nos conflitos da Síria, Mianmar e Sudão

Problemática e Hipótese:

Ao longo da história a etnia tem sido usada como importante mobilizador de massas em diversos contextos: holocausto judeu durante a Segunda Guerra Mundial, apartheid na África do Sul, conflitos nos Bálcãs com a dissolução da Iugoslávia, criação do Paquistão e posteriormente de Bangladesh, independência do Estado de Israel, entre outros. Assim, em diversos contextos nos quais a etnia não era a causa primordial ou originária do fenômeno, ela tornou-se uma variável-chave para a mobilização dos eventos e um fator determinante em seus processos. De forma semelhante, em cenários de guerra, tem-se na história e na atualidade, inúmeros conflitos cujo início encontra-se nas mais diversas razões, ou soma delas, mas que no

decorrer das hostilidades a etnia torna-se uma variável-chave. Assim, os conflitos têm início por motivos diversos como disputas territoriais, competição por recursos naturais, choques de poder, intervenções políticas, insatisfação popular, entre outros, mas no decorrer do teatro de guerra, empreendedores étnicos incentivam a divisão étnica ou os próprios grupos étnicos organizam-se de maneira segmentada. Desta forma, a etnicidade que antes não era um fator relevante para o conflito, agora possui um papel essencial no mesmo.

Exemplos contemporâneos de tal problemática encontram-se na Síria, cujo motivo inicial do conflito foi o anseio popular pela retirada do ditador Bashar al-Assad do poder e a resposta severa do governo às manifestações. Em Mianmar, onde há questões históricas e políticas e o impasse atual é resultado de um golpe militar. Já no Sudão, a região de Darfur entrou em conflito devido à disputa por terras e recursos. Tais eventos possuem causas originárias distintas, mas instrumentalizaram a etnia no decorrer de seus conflitos: Síria com a segmentação de grupos étnicos na guerra civil; Mianmar na luta de etnias por independência do governo central e o genocídio de minorias; e Sudão devido a disseminação da ideologia de supremacia árabe e financiamento de milícias étnicas pelo governo.

Logo, a partir do estudo de Síria, Mianmar e Sudão, nos quais a etnia não é a causa primordial, originária ou motora de seus conflitos, mas tornou-se uma variável determinante em seu desenvolvimento ao ser mobilizada por empreendedores étnicos - sejam estes o Estado, elites, líderes, empresas ou os próprios grupos étnicos - faz-se a seguinte pergunta de pesquisa: Quais razões levam a instrumentalização étnica em conflitos?

Levanta-se a hipótese, de maneira hipotético-dedutiva, que mobilizadores instrumentalizam uma etnia por meio da construção e manipulação de suas identidades, pois grupos étnicos são dotados de mais razões, oportunidades e incentivos para mobilizarem-se devido a: (1) apresentarem maiores queixas contra o Estado ou *status quo* quando este não lhe é favorável, principalmente se governado por um grupo étnico divergente; (2) disporem de maior organização e apoio pelas afinidades identitárias e proximidades territoriais; e (3) tender a serem menos flexíveis em negociações.

Esta hipótese é derivada do argumento de Elaine K. Denny e Bárbara F. Walter (2014), o qual propõe que os grupos étnicos tendem a ter as três posturas citadas durante uma guerra civil. Entretanto, o presente projeto deduz as três tendências como hipóteses a partir de uma perspectiva teórica construtivista de instrumentalização da etnia em conflitos, contrapondo-se a visão essencialista no qual conflitos seriam produto de diferenças inerentes entre grupos.

Elaine K. Denny e Bárbara F. Walter (2014) argumentam que para participar de uma

rebelião, o indivíduo deve possuir queixas contra o Estado e estar profundamente insatisfeito com o *status quo*. Mas a massa de indivíduos insatisfeitos não se rebela *per se*, sendo necessário a organização de um grupo - que envolve a construção de uma identidade de pensamento e recrutamento de rebeldes para contrapor-se ao Estado. Este cenário é um obstáculo à reformulação de objetivos e à busca de acordos que precedem ao conflito.

Diante destes pressupostos, os grupos étnicos seriam (1) mais propensos a terem queixas contra o Estado se este não governa de modo favorável ao grupo, o que ocorre principalmente quando o governante pertence a outra linha étnica. Em face das queixas, os grupos étnicos são (2) mais propensos a ter oportunidade de rebelarem-se, pois normalmente possuem características associadas semelhantes (como língua, religião e práticas) somado ao costume de localizar-se em áreas geograficamente próximas, aspectos que facilitam a organização do grupo no conflito. Por fim, (3) precede-se à possibilidade de negociação, que ao envolver grupos étnicos é um processo mais profundo devido à lealdade étnica ao grupo e seus interesses, que induz ao irromper do conflito e após este ter início o mantém e prolonga.

Assim, estas três posturas são trabalhadas como hipótese das razões para instrumentalização étnica em conflitos. Tendo em vista que segundo a autora construtivista Kanchan Chandra (2006), identidade étnica é um subconjunto do conjunto de identidades cuja pertença é baseada na descendência, estes três motivos tornam a instrumentação da variável étnica geradora de maior engajamento e adesão do que a mobilização de outros fatores que afetem outras identidades de grupo, sejam elas quais forem. Para tal, segundo o construtivismo, a instrumentalização da etnia por meio da construção e manipulação da identidade étnica exige que o mobilizador incentive e ative o conjunto de características que lhe favoreçam a partir do repertório de afinidades de grupo que o indivíduo possui, isto é, que o mobilizador, a partir da estrutura étnica (repertório de identidades baseadas na descendência que indivíduo possui) torne prática étnica (conjunto de identidades ativadas que o indivíduo, de fato, emprega) a identidade étnica que lhe favoreça.

Fundamentação bibliográfica:

Para entender guerras étnicas, primeiro é necessário responder à pergunta: o que são grupos étnicos? Em segundo, explorar o papel da etnia em conflitos. Logo, a primeira parte da revisão bibliográfica será dedicada ao debate a respeito da conceituação de etnia, seguido da revisão bibliográfica da literatura sobre etnicidade e conflito. Por fim, se abordará o estado da arte sobre teoria e empiria, isto é, acerca da Síria, Mianmar e Sudão.

Há diferentes definições de identidades étnicas. Uma das mais clássicas advém de Max Weber (1978), o qual define a pertença a um grupo étnico a partir da crença na descendência comum, quer exista ou não uma relação sanguínea objetiva:

Chamaremos de "grupos étnicos" aqueles grupos humanos que entretêm uma crença subjetiva em sua descendência comum por causa de semelhanças de tipo físico ou de costumes ou ambos, ou por causa de memórias de colonização e migração; essa crença deve ser importante, para a propagação da formação do grupo; por outro lado, não importa se existe ou não uma relação de sangue objetiva (Weber, 1978, p. 389, tradução nossa).

Para Weber (1978), a partir de um ponto de semelhança de fácil associação - como idioma, religião ou local de origem - cria-se um forte senso de identidade étnica. Caso não exista ou deixe de existir estes laços que mantêm o efeito de identificação, o sentimento de pertencimento a determinado grupo étnico torna-se ausente, independente da proximidade de parentesco entre os membros.

De forma semelhante, para Donald L. Horowitz "(...) a etnia está ligada ao nascimento e ao sangue, mas não de forma absoluta" (Horowitz, 2000, p.51-52, tradução nossa). Assim, o pertencimento a uma identidade étnica é baseado no mito da ancestralidade coletiva. Desde a publicação de seu livro "*Ethnic Groups in Conflict*" em 1985, a classificação dos cientistas políticos sobre identidades étnicas tem convergido. Para Horowitz, etnia seria um conceito guarda-chuva, "abraça facilmente grupos diferenciados por cor, língua e religião; abrange 'tribos', 'raças', 'nacionalidades' e castas" (Horowitz, 2000, p. 53, tradução nossa). Dessa forma, grande parte da literatura sobre identidades étnicas recentes, seguem a conceituação abrangente de Horowitz, mas ainda não há consenso (Chandra, 2006).

Outras conceituações clássicas de identidade étnica podem ser encontradas. Frederik Barth definiu grupos étnicos não por sua cultura comum, mas pelas características culturais que sinalizam a fronteira entre um grupo étnico e outro, isto é, pelos marcadores culturais que o diferenciam (Barth, 1969 *apud* Chandra, 2012b). De forma mais complexa, para James D. Fearon e David D. Laitin (2000), um grupo étnico seria um grupo maior que uma família cujo pertencimento é considerado pela descendência e compartilhamento de uma história natural, além de ser conceitualmente autônomo. O conceito, posteriormente, foi incrementado por Fearon (2003), no qual os membros também deveriam estar conscientes de seu pertencimento ao grupo; partilhar e valorizar características culturais distintivas; possuir ou lembrar-se de uma pátria e ter uma história compartilhada de fato, não apenas fabricada como um mito.

Ainda, Thomas S. Szayna, Ashley J. Tellis e James A. Winnefeld (2000) determinam

que o conceito de etnia parte de três componentes: características distintivas (como fenótipo, religião, idioma, origem, região); senso de solidariedade grupal; e contato com outro grupo (para que seja possível a ideia de distinção). Desta forma, é evidente que a maioria das definições, com exceção de Barth, enfatizam a importância da descendência para definição de um grupo étnico. As diferenças estão em como determinar o papel da descendência e “se” e “como” outras características devem se juntar a ela para que se defina grupos étnicos.

Para além, é relevante também compreender que existe um diverso campo de estudos dedicado à discussão da ligação entre etnicidade e conflito. Dentre seu estado da arte tem-se Stephen Van Evera (1994) e Barry R. Posen (2003), os quais destacam a relação entre etnia e nacionalismo, além de que grupos étnicos, preocupados com sua segurança e consequente perpetuação de sua existência, respondem hostilidades e ameaças à altura, diante do que pode ser chamado de “dilema de segurança interétnico”. Em contrapartida, Thomas S. Szayna, Ashley J. Tellis, James A. Winnefeld (1998) analisam o conflito étnico não apenas como meio de resposta à ameaça, mas como um processo de mobilização, composto por três fases: definição de grupo, mobilização de grupo e barganha estratégica, este processo ocorreria se as identidades étnicas estivessem latentes e se houvesse orientação política. Por outro lado, Donald Horowitz (2000) sintetiza o debate sobre a explicação de conflitos étnicos a partir de: processos de mudança, interesses econômicos e choques culturais, mas questiona tais teorias e explora a relação entre conflito e etnia por meio da interação com questões políticas que perpassam manipulação, fatores emocionais, memória, competição, entre outros.

Mais contemporaneamente, destaca-se visões como a de Fearon e Laitin (2001) os quais entendem que certas condições favorecem a insurgência de conflitos, principalmente a pobreza, que instiga o recrutamento rebelde, em especial, nos Estados fracos, com baixa capacidade de resposta. Assim, as diferenças étnicas apesar de estarem presentes, não seriam o fator principal de insurgência. De modo semelhante Lars-Erik Cederman *et al.* (2011) propõe que políticas de exclusão promulgadas pelo Estado levam membros de grupos étnicos excluídos a desenvolverem um forte senso de solidariedade grupal e a tornarem-se mais tolerantes aos custos de entrada na guerra. Logo, não seria a etnia em si, mas as políticas etnonacionalistas do Estado que impulsionam o conflito. À luz dos contextos que impulsionam as guerras civis, mas atentando-se para as identidades étnicas, Bárbara Walter e Elaine K. Denny (2014) exploram a alta quantidade de conflitos travados em torno de linhas étnicas e sua maior durabilidade, e afirmam que indivíduos tendem a organizar rebeliões em torno da etnia, em vez de outras características identitárias.

Ademais, frente à relação entre teoria e empiria e a ligação entre etnicidade e conflitos, na análise comparativa sobre Síria, Mianmar e Sudão faz-se uso de bibliografias históricas e trabalhos que versam sobre as condições atuais dos conflitos. Dito isto, no caso da Síria, Afaf McGowan (1988) explora o passado colonial sírio até a era Assad, enquanto literaturas como Robert S. Ford (2019) dedicam-se à análise contemporânea da guerra civil e ao seu panorama geopolítico. Diante da instrumentalização étnica, Salah Abosedra et. al (2021) investiga o papel da sectarização no início da guerra civil e Daniel Corstange e Erin York (2017), durante.

Sobre Mianmar, Tom Kramer (2015) aborda as dimensões do conflito no país sob o aspecto político e militar. Mas a análise pode ser aprofundada à luz de que as unidades administrativas de Mianmar são constituídas por um grupo étnico predominante, nisto os relatórios do “*International Institute for Democracy and Electoral Assistance*” (Jan e Courtin, 2022) são fundamentais para compreender a concentração das etnias e a distribuição de poder discriminatória a partir da concentração geográfica dos grupos. Ainda, alguns estudos dedicam-se ao genocídio rohingya, como de Ana Pantea (2019) que explora a evolução da percepção dos rohingya como “os outros” na nação.

Em relação ao Sudão, Lara Fedorchenko (2017) versa a respeito da história do colonialismo e dos conflitos étnicos pós-independência na África, e trabalha a instrumentalização étnica especificamente no conflito em Darfur. Na mesma linha, Isiaka Badmus (2008) analisa como causa fundamental dos problemas em Darfur as desequilibradas políticas do Estado central contra as etnicidades africanas do Sudão.

Fundamentação teórica:

Os estudos sobre etnicidade e a relação entre a natureza da identidade étnica no conflito sintetizam-se em três abordagens gerais: primordialista, epifenomenalista e construtivista. Segundo a abordagem primordialista, as etnias são fixas e exógenas às transformações do ambiente: os sujeitos nascem pertencentes a um grupo étnico e a este pertencerão por toda vida (Chandra, 2012a). Centra-se na afirmação de que existem agrupamentos sociológicos básicos na sociedade, os quais derivam sua coesão de aspectos biológicos, culturais ou raciais inerentes, que se tornam instrumentos de diferenciação social. Entretanto, a visão primordialista apresenta deméritos, principalmente, por definir um significado de etnicidade essencialista (Szayna, Tellis, Winnefeld, 2000).

A abordagem epifenomenalista, em contraste a anterior, nega a base biológica inerente da etnicidade. Não ignora a existência de diferenças físicas e sociais, mas “nega a afirmação de

que tais formações biológicas ou culturais tenham um efeito independente, não mediado por formações de classe ou relações institucionais, sobre a política” (Szayna, Tellis, Winnefeld, 2000, p.21, tradução nossa). Desta forma, considera que as estruturas de classe e os padrões institucionalizados de poder explicam os eventos políticos, e a etnia seria apenas uma aparência incidental ou epifenomenal, não a causa eficiente dos fenômenos. Assim, a etnia poderia ou não adquirir destaque em virtude dos contextos de vivência. Apesar dos epifenomenalistas corrigirem a abordagem essencialista dos primordialistas e considerarem pequena a relevância da etnia como fator causal independente, possuem a fraqueza de confiarem em uma única variável que não a étnica - por exemplo, no caso dos marxistas, a variável da classe - os impedindo de analisar a etnia como fenômeno com sua importância (Szayna, Tellis, Winnefeld, 2000).

Por sua vez, a abordagem construtivista, a qual será a perspectiva teórica seguida pelo presente projeto, compila os pontos positivos das abordagens anteriores. Seu ponto de distinção é reconhecer a etnia como real, mas construída sócio-historicamente. Entretanto, a existência de agrupamentos étnicos não é determinante para a ação social. Logo, sugere-se que a etnicidade pode ser uma variável causadora, mas não domina todo o espaço explicativo, isto é, não é a única variável de causa. Esta conclusão, como um meio termo, diverge das abordagens anteriores, em que a primordialista atribuía importância extrema a etnia como variável explicativa e a abordagem epifenomenalista descartava a relevância do papel étnico nas relações e fenômenos (Tellis, Szayna, Winnefeld, 2000).

Como as teorias têm diferentes premissas sobre a origem das identidades étnicas, também entendem diferentes causas em conflitos que envolvem a variável étnica. Na visão dos primordialistas, o conflito decorre de ressentimentos antigos entre grupos. O medo de dominação, expulsão ou extinção de seu grupo seria a base dos conflitos étnicos. Entretanto, enfatiza a irracionalidade da violência étnica, por vezes, entendendo o comportamento bárbaro como geneticamente induzido. Ignora processos estruturais, econômicos e políticos nos quais os grupos estão inseridos e nos quais os conflitos irrompem, sendo em uma sociedade etnicamente diversa, inevitável a insurgência de conflitos (Williams, 2015).

Os epifenomenalistas levam em consideração a teoria marxista do conflito social, dessa forma a violência étnica seria produto do antagonismo entre classes ou entre classe e Estado. Portanto, o conflito não seria resultado de emoções ou movimentos irracionais, pelo contrário as causas estariam na disputa sobre distribuição de recursos e os agrupamentos de classe seriam manifestos por rótulos étnicos. Argumentam, assim, que a ganância é superior à queixa como

causa do conflito étnico (Szayna, Tellis, Winnefeld, 2000).

Por fim, a relação da abordagem construtivista de etnicidade e conflito dá ênfase a criação política da etnia em contextos que geram associações entre os indivíduos:

O papel fundamental da política implica que a etnicidade como fenômeno só se torna real por causa das construções subjetivas dos indivíduos sob certas circunstâncias e não porque existe a priori como alguma solidariedade intrinsecamente permanente que vincula um conjunto de indivíduos através do tempo e do espaço (Szayna, Tellis, Winnefeld, 2000, p.26, tradução nossa).

Essa perspectiva provoca a investigação por modelos que antecipem a incidência de conflitos étnicos. Por isso, investigam quais fatores geram crenças relacionadas a etnia; como essas crenças, após geradas, precipitam a mobilização étnica; e como as ações do Estado contribuem para definição, mobilização e possível ação violenta de um grupo (Tellis, Szayna, Winnefeld, 2000). O conflito étnico seria produto de processos históricos e influências na reprodução da história e do presente de modo que afete as relações entre os grupos, levando a politização das identidades étnicas e a consequente hostilidade e formação de um ambiente propício para violência (Williams, 2015).

À vista de tal abordagem construtivista, dentre a literatura construtivista de estudos étnicos, destaca-se Kanchan Chandra, a qual propõe uma nova estrutura conceitual para pensar identidades étnicas. Para ela, a definição de identidades étnicas seria “um subconjunto de categorias identitárias nas quais a pertença é determinada por atributos associados ou que se acredita estarem associados à descendência (...)” (Chandra, 2006, p. 397, tradução nossa). Por ser baseada em atributos associados ou que se acredita estarem associados a descendência, pode não haver a relação sanguínea de fato, gerando um mito. Portanto, a associação de um atributo a determinada descendência pode ser construído:

Por atributos "associados à descendência" quero dizer atributos que são adquiridos através de herança genética (por exemplo, cor da pele, sexo, tipo de cabelo, cor dos olhos, altura e características físicas), ou através de herança cultural e histórica (por exemplo, os nomes, línguas, locais de nascimento e origem dos pais e ancestrais), ou no decorrer da vida como marcadores de tal herança (por exemplo, sobrenome ou marcas tribais) (Chandra, 2012b, p. 59, tradução nossa).

A definição de Chandra, assim como a maioria das definições de etnia, tem como pilar principal a descendência. Entretanto, a autora diferencia-se de estudiosos anteriores ao afirmar que características comumente ligadas à definição de etnia - como cultura, língua, história, religião, lugar de origem, território comum - não definem identidades étnicas somente por si. Não podem ser consideradas características constitutivas e definidoras, mas sim adicionais

podendo ser associadas a grupos étnicos desde que estes tenham sido definidos por outros meios. Desta forma, enquanto a maioria das definições de identidades étnicas define grupos a partir de uma combinação de características, para Chandra: “essas características são melhor entendidas como variáveis que às vezes caracterizam identidades étnicas definidas por outros meios, e não como as constantes que as definem.” (Chandra, 2012b, p. 52, tradução nossa).

Isto pois as características, apenas por si, não são determinantes de descendência e nem de pertença étnica. Ser falante de um idioma, residir em um determinado local, professar uma fé não são definidores de pertencimento a um grupo étnico. O que liga tais atributos a etnia é estes atributos serem associados ou creditados a descendência, ou seja, eles serão considerados como características associadas a identidades étnicas se o idioma era falado por sua ancestralidade; se a região de habitação ou de nascimento não é apenas a de residência atual, mas a região de origem da sua ancestralidade; e se a religião professada não for a de conversão ao longo da vida, mas a de seus pais. Assim, as características são um ponto agregador, não essencialmente definidor.

Chandra lapida ainda mais a definição de grupo étnico por atributos baseados na descendência ao apontar condições para que atributos sejam, de fato, considerados baseados na descendência. De acordo com Chandra (2006, 2012a) para os atributos serem baseados na descendência devem possuir duas propriedades: mudança restrita e visibilidade. Por mudança restrita, entende-se que atributos associados ou que se acredita estarem associados a descendência, são difíceis de serem modificados, principalmente a curto prazo. A maioria das características são mutáveis, mas algumas são extremamente difíceis e exigem esforço maior ou apresentam limites, a exemplo da cor de pele e local de nascimento. Em contrapartida, atributos que não são associados à descendência, possuem maior facilidade em serem alterados a curto prazo, pois as dificuldades de mudança estão em fatores situacionais, não na persona, como renda, local de residência e profissão (Chandra, 2006).

A visibilidade está relacionada aos atributos serem identificados com base em informações superficiais e em um grande número de fontes (Chandra, 2006). Exemplos de atributos visíveis são características físicas imediatamente exibidas na pessoa, mas também idioma ou religião de ascendência - podem ser identificados, por exemplo, por meio do sobrenome. Parte dos atributos baseados ou que se acredita serem baseados na descendência são sempre visíveis, independente do contexto. Em contrapartida, atributos não baseados na descendência são mais difíceis de serem identificados em 100% do tempo. Por exemplo, profissão, nível de renda e escolaridade podem estar nítidos durante o horário de trabalho, mas

fora do ofício não são facilmente inferidos pois são menos visíveis (Chandra, 2006).

Entretanto, à luz de que identidade étnica é um subconjunto do conjunto de identidades cuja pertença é baseada na descendência, isto é, nem todas as categorias identitárias baseadas na descendência são grupos étnicos, Chandra (2012b) determina que a classificação convencional de uma identidade como étnica deve apresentar restrições: (1) grupos grandes a ponto de a adesão ser impessoal (um exemplo, é a categoria família, que apesar de ser baseada na descendência, não configura como grupo étnico, tendo em vista que não é grande o suficiente para impessoalidade); (2) o grupo constituir apenas uma parcela da população do país, não o todo; (3) caso uma pessoa seja elegível a uma categoria, todos os seus irmãos também devem poder ser e (4) a adesão ao grupo pode exigir qualificações associadas/ agregadoras/ descritivas referentes a: características físicas ou religião, seita, língua, dialeto, tribo, clã, raça, nacionalidade, região, local de origem e casta dos antepassados.

Ademais, diante da premissa de que grupos étnicos não são essenciais e fixos, outra conceituação importante trazida por Chandra (2012a, 2012b) é a diferenciação entre identidades étnicas nominais e ativadas. As identidades étnicas nominais são as categorias de identidade étnica que um indivíduo é elegível para pertencer em virtude dos atributos baseados na descendência que possui. As identidades étnicas ativadas são as categorias étnicas professadas pelo próprio indivíduo ou que terceiros lhe atribuam pertença. Portanto, “todos os indivíduos têm um repertório de identidades étnicas nominais a partir das quais uma ou mais podem ser ativadas” (Chandra, 2012a, p.9, tradução nossa) e diferentes identidades étnicas podem ser ativadas em diferentes contextos. Nisto, a ativação de uma categoria étnica de um indivíduo requer que ele reivindique a adesão a ela ou que lhe seja atribuída associação à tal categoria.

A partir das identidades étnicas nominais e ativas constitui-se a estrutura e a prática étnica. A estrutura étnica é o repertório de identidades baseadas na descendência, isto é, o conjunto de identidades nominais que todos os indivíduos de uma população possuem - tenham eles se identificado com as identidades ou não. A prática étnica é o conjunto de identidades ativadas que os indivíduos, de fato, empregam. A longo prazo a estrutura étnica pode ser alterada em virtude da prática étnica, desta forma, a prática étnica de um grupo na atualidade pode afetar a estrutura étnica do futuro (Chandra 2012a).

Como apresentado anteriormente, na visão construtivista de natureza étnica e sua relação com o conflito, a etnicidade pode ser socialmente construída ou instigada. Assim, os sujeitos podem possuir múltiplas identidades étnicas (estrutura étnica), mas manifestar e ativar sua identidade étnica (prática étnica) a depender de sua criação; contexto; inserção social;

processos políticos, sociais e econômicos; e influência ou manipulação intencional por governos, elites, líderes, empresas ou pelos próprios grupos étnicos.

A partir da concepção de que as identidades étnicas podem ser socialmente ativadas, entende-se que conflitos podem não ter início por diferenças essenciais e inerentes entre grupos étnicos, mas pela manipulação política à história, contextos, influências e informações que afetam as identidades e a relação entre grupos, levando a politização e consequente rivalidade entre eles, a qual evoluindo, criam um ambiente propício para violência. Assim, pode-se incentivar a ativação de determinada categoria étnica com base em interesses.

Com isso, Steven L. Wilkinson, outro acadêmico construtivista relevante no campo de etnicidade e conflito, afirma que:

Em contraste com as teorias racionalistas ou psicológicas sociais que pressupõem a existência de grupos étnicos sólidos, é que as revoltas étnicas são melhor entendidas não como o resultado de graus já elevados de competição, polarização e ódio entre grupos étnicos sólidos, mas sim como o meio pelo qual partidos políticos e empresários políticos constroem categorias étnicas sólidas, por mais breves que sejam, para um propósito político claro (Wilkinson, 2012, p. 360 e 361, tradução nossa).

Por isso, o desafio de um empreendedor étnico é persuadir uma relevante quantidade de pessoas - as quais possuem vários atributos que as qualificam para ser membros de diferentes categorias étnicas - a se identificarem com um atributo étnico e consequentemente com o grupo identificado por este atributo. Portanto, “quando a diversidade étnica está associada a desfechos malignos, a causa não está na natureza intrínseca das identidades étnicas, mas em fatores ambientais que interagem com elas.” (Chandra, 2012a, p. 7, tradução nossa).

É evidente que parte dos cientistas políticos acredita que a etnia importa, isto é, tem influência em questões como “violência, estabilidade democrática, desenho institucional, crescimento econômico, bem-estar individual e assim por diante” (Chandra, 2006, p. 398, tradução nossa). O intuito deste trabalho não é afirmar “se” e “como” a etnia importa, isto é, como ela influencia nos eventos, mas sim explorar como a etnia e as relações entre grupos étnicos podem ser construídas, moldadas e ativadas como instrumento durante um conflito ou para o irromper de um. A etnia não influencia de modo essencialista os fenômenos, mas pode ser usada como ferramenta para tal.

Consequentemente, objetiva-se estudar a ligação entre identidades étnicas e as várias formas de violência para entender a instrumentalização da etnia no conflito. Para isto, serão utilizadas as definições de violência propostas por Stathis N. Kalyvas:

A intersecção de objetivos e produção de violência gera quatro tipos ideais de violência política de massa: terror de Estado, genocídio e deportação em massa, violência de guerra civil e um tipo que pode ser referido, por falta de um termo melhor, como ‘extermínio recíproco’ (Kalyvas, 2006, p.29, tradução nossa).

O terror de Estado é o uso sistemático de violência exercido pelo governo contra a população. O genocídio é premeditado e intencional visando o extermínio de um grupo específico, a deportação em massa - normalmente ligada ao genocídio - visa gerar um espaço nacional “puro” por meio da limpeza étnica. A guerra civil é produzida bilateral ou multilateralmente com atores que desafiam o monopólio de violência em um território, com o objetivo de governar a população. Por fim, o extermínio recíproco caracteriza-se por ser uma violência multilateral em que os atores não possuem a pretensão de governar a população, mas têm o intuito de exterminar a base civil do oponente (Kalyvas, 2006).

Dentre tais violências políticas serão estudados comparativamente os contextos de guerra civil, genocídio e terror de Estado que tiveram a presença e instrumentalização da variável étnica, respectivamente: Síria, Mianmar e Sudão. É importante ressaltar que os tipos de violência podem coexistir, não sendo categorias excludentes (Kalyvas, 2006), entretanto selecionou-se as violências políticas centrais e que se relacionam mais diretamente com a variável étnica em cada caso.

A Síria entrou em guerra civil durante a Primavera Árabe em 2011, fruto do anseio popular pela derrubada do governo de Bashar al-Assad. O fato do governante ser alauíta - minoria de vertente xiita do islã - enquanto a maioria da população síria é sunita, era uma queixa, mas não foi o motivo da eclosão do conflito civil, que esteve na resposta severa do governo às manifestações por meio de prisões em massa; torturas; execuções e sitiamento de cidades revoltosas. A partir de então, a revolta popular aumentou e os grupos rebeldes organizaram-se para contrapor ao regime. A violência escalonou a ponto de tornar-se mais do que uma disputa entre grupos pró e anti-Assad, adquirindo características sectárias (Laub, 2023; Zahreddine, 2013).

Antes da eclosão do conflito, al-Assad governava com base na lealdade das minorias: incluía minorias étnicas em altas posições políticas e do exército. Como consequência, quando o conflito iniciou, o exército e as instituições burocráticas do país permaneceram leais ao presidente. Ainda, como meio de mobilizar as minorias a seu favor, al-Assad retratou o conflito como uma luta existencial para os alauítas e outros grupos minoritários no país, como cristãos e drusos, utilizando o medo compartilhado dessas comunidades de serem aniquiladas caso outro grupo ascendesse ao poder. Al-Assad também incentivou a ascensão de grupos extremistas, por

exemplo, ao libertar vários militantes islâmicos de prisões sírias, para que seu governo fosse visto como escolha mais provável - à população síria e à comunidade internacional - frente às outras alternativas extremistas. Nisto, a sectarização étnica e religiosa dos grupos sírios contra al-Assad dificulta a união e organização de uma frente rebelde ampla e forte o suficiente para combater o governo, estendendo o conflito (Corstange e York, 2017; Laub, 2023; Zahreddine, 2013).

Mianmar tem sido afetada por conflitos étnicos desde sua independência em 1948, situação agravada após o golpe militar de 1962. Apesar da diversidade étnica no país, as tensões revelaram-se predominantes no estado de Rakhine, no qual a minoria muçulmana, auto identificada como rohingya, enfrenta discriminação no âmbito social, econômico, legal e político do país. O governo central, dominado pela maioria étnica bamar, realiza uma política de limpeza étnica contra os rohingya, à custa de promessas de benefícios econômicos ao restante da população. Tal política inclui: ações militares do exército (Tatmadaw) em regiões com predominância de minorias; aprovação de leis discriminatórias como as “Leis de Proteção de Raça e Religião”; negação da cidadania a maioria dos rohingya - o que os faz representar um em cada sete da população global de apátridas; implementação de restrições de movimento para que os rohingya concentrem-se exclusivamente no estado de Rakhine; não direcionamento de recursos para desenvolvimento econômico e social da região, entre outros. Tais ações geram a promoção da identidade bamar e repressão de minorias, processo conhecido como “burmanização” (Pantea, 2019; Kramer, 2015).

Diante disto, há surtos de violência orquestrados pela sociedade - especialmente budistas e membros de maiorias étnicas - e pelas forças de segurança do Estado que resultam no genocídio rohingya, por meio de massacres, violência sexual, assassinatos, desaparecimentos forçados, prisões, torturas e incêndios criminosos. Desde o golpe de 2021, intensificaram-se as operações militares contra grupos armados étnicos em determinados estados do país e o governo aumentou as restrições da ajuda humanitária em campos e comunidades rohingya (Pantea, 2019; Roth, 2022).

O conflito na região de Darfur no Sudão, iniciado em 2003, eclodiu em uma disputa por terras entre nômades árabes e agricultores africanos. A dimensão étnica ganhou peso pela formação de milícias étnicas durante o conflito, especialmente milícias árabes, intituladas de Janjaweed, que buscam a expulsão da população africana local. O autocrata Omar al-Bashir, que até 2019 promoveu o terror de Estado no Sudão, como estratégia de contenção da rebelião em Darfur utilizou deliberadamente da dimensão étnica, desenvolvendo estreita relação com a

milícia Janjaweed que promovia ataques específicos e planejados contra civis de grupos africanos, dividindo e enfraquecendo-os (Fedorchenko, 2017; ONU, 2024a).

Para mobilizar a milícia árabe, al-Bashir disseminou e incentivou informações falsas de que os rebeldes africanos visavam expulsar os árabes de Darfur. Além disso, al-Bashir financiou e beneficiou tribos árabes que se colocaram no conflito contra os insurgentes. Nos ataques da Janjaweed a dimensão étnica era enfatizada ao afirmarem-se como únicos habitantes legítimos na área, espalhando medo entre os não-árabes e consequentemente enfraquecendo as milícias rebeldes africanas. Assim, al-Bashir, pela estratégia semelhante a “dividir para conquistar”, utilizou-se de mobilização de milícias para gerar segmentações étnicas entre a população, politizando a etnia para catalisar o conflito (Fedorchenko, 2017; ONU, 2024a).

Metodologia de trabalho:

O projeto de pesquisa, a fim de compreender a instrumentalização da etnicidade em conflitos, buscará testar a hipótese, a partir do método hipotético-dedutivo, do uso da etnia em virtude dos grupo étnicos serem dotados de mais razões, oportunidades e incentivos para mobilizarem-se devido a: (1) apresentarem maiores queixas contra o Estado ou *status quo* quando este não lhe é favorável, principalmente se governado por um grupo étnico divergente; (2) disporem de maior organização e apoio pelas afinidades identitárias e proximidades territoriais; e (3) tender a serem menos flexíveis em negociações.

A estratégia metodológica se dividirá em duas: uma teórica e outra empírica. Primeiramente, de modo teórico, se fará uso de revisão bibliográfica geral das principais literaturas que trabalham conceitos de etnicidade e, primordialmente, as que analisam a natureza da identidade étnica no conflito, como Max Weber, Donald L. Horowitz, Frederik Barth, Lars-Erik Cederman, Thomas S. Szayna, Ashley J. Tellis e James A. Winnefeld. Em seguida será realizada a mesma revisão bibliográfica, entretanto voltada a autores que seguem uma perspectiva construtivista. Logo, conceitualmente se revisará Kanchan Chandra e, a respeito da relação entre natureza da identidade étnica e conflito, James Fearon, David Laitin, Steven L. Wilkinson, entre outros.

Em segundo lugar, para registro empírico, o teste observacional fará uso do procedimento de método comparativo em uma abordagem qualitativa. Assim, seguirá-se uma comparação controlada, segundo o método de concordância de Mill, pois serão analisados três países em conflito, com diferentes características gerais, mas com semelhanças em relação a variável de estudo: a instrumentalização étnica (Van Evera, 1997). Nisto, o método de

comparação utilizado é o “*Most Different Systems Design*” (MDSD), método de comparação de casos mais contrastantes, no qual para explicar o resultado político observado, se compara tais resultados políticos semelhantes que se manifestaram em países portadores de diferentes características (Landman, 2003).

Por conseguinte, a comparação será realizada entre Síria, Mianmar e Sudão. Estes países foram escolhidos para análise pelas seguintes razões: (1) estão localizados em diferentes regiões do globo - Oriente Médio, Ásia e África; (2) encontram-se em distintos estados de violência política centrais - guerra civil, genocídio e terror de Estado; e (3) apresentam diferentes contextos políticos: Síria em um regime fragmentado pela guerra civil, Mianmar em uma série de transições políticas ao longo dos anos e em regime militar desde 2021, e Sudão que, até 2019, estava em uma autocracia e atualmente encontra-se sob transição política. Logo, se buscará demonstrar, a partir da perspectiva construtivista, que Síria, Mianmar e Sudão - países em regiões diferentes do mundo; sofredores de distintos estados de violência política e em diferentes contextos políticos de governo - tem em comum a instrumentalização da etnicidade em seus conflitos tendo seus grupos étnicos mais razões, oportunidades e incentivos para mobilizarem-se.

Ainda, no que diz respeito ao registro empírico, dado que se espera a construção de um arcabouço sólido para análise, a pesquisa terá como fontes principais: (1) literatura histórica especializada sobre Síria, Mianmar e Sudão; (2) jornais nacionais de cada país e jornais internacionais, visto que os conflitos estão em vigência; (3) relatórios de organizações internacionais e (4) bancos de dados sobre conflitos intraestatais e violência.⁵

⁵ Por exemplo: (1) ACLED. **Armed Conflict Location & Event Data**. Disponível em: <https://acledata.com/>; (2) ETH zurich. **International Conflict Research**. Department of Humanities, Social and Political Sciences. Center for Comparative and International Studies. Disponível em: <https://icr.ethz.ch/data/>; (3) Our World in Data. **Research and data to make progress against the world's largest problems**. Disponível em: <https://ourworldindata.org/>; (4) UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM. **Recorded fatalities in UCDP organized violence 1989-2023**. Uppsala Universitet. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/exploratory>.

Cronograma:

ATIVIDADES	1/2025	2/2025	1/2026	2/2026
Revisão bibliográfica de estudos acerca da conceituação de etnicidade e da relação entre natureza da identidade étnica e conflito	X			
Revisão bibliográfica construtivista de estudos acerca da conceituação de etnicidade e da relação entre natureza da identidade étnica e conflito	X			
Estudo da Síria		X		
Estudo de Mianmar		X		
Estudo do Sudão			X	
Qualificação			X	
Comparação entre os conflitos da Síria, Mianmar e Sudão			X	
Revisão				X
Defesa da dissertação				X

Referências:

ABOSEDRA, Salah; FAKIH, Ali; HAIMOUN, Nathir. **Ethnic Divisions and the Onset of Civil Wars in Syria**. [S.L.]: Global Labor Organization (Glo), 2021. 36 p. Discussion Paper.

ACLED. **ACLED Conflict Index Results: July 2024**. 2024. Disponível em: <https://acleddata.com/conflict-index/index-july-2024/>. Acesso em: 30 set. 2024.

ACLED. **Armed Conflict Location e Event Data**. Disponível em: <https://acleddata.com/>. Acesso em: 30 set. 2024.

ACNUR. **Síria**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/siria/>. 2024. Acesso em: 09 ago. 2024.

BADMUS, Isiaka Alani. “Nosso Darfur, Darfur Deles”: a política desviante do Sudão e a nascente “limpeza étnica” em uma emergente anarquia africana. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 309-360, mai./ago. 2008.

CEDERMAN, Lars-Erik; WUCHERPFENNIG, Julian. Inequalities Between Ethnic Groups, Conflict, and Political Organizations. **Ethnopolitics**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 21-27, 25 nov. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/17449057.2016.1235342>.

CEDERMAN, Lars-Erik; WUCHERPFENNIG, Julian; METTERNICH, Nils W.; GLEDITSCH, Kristian Skrede. Ethnicity, the State, and the Duration of Civil War. **World Politics**, [S.L.], v. 64, n. 1, p. 79-115, 20 dez. 2011. Project MUSE. <http://dx.doi.org/10.1017/s004388711100030x>.

CHANDRA, Kanchan. Introduction. In: CHANDRA, Kanchan (ed.). **Constructivist Theories of Ethnic Politics**. New York: Oxford, 2012a. Cap. 1. p. 1-50.

CHANDRA, Kanchan. What is Ethnic Identity?: a minimalist definition. In: CHANDRA, Kanchan (ed.). **Constructivist Theories of Ethnic Politics**. New York: Oxford, 2012b. Cap. 2. p. 51-96.

CHANDRA, Kanchan. What is Ethnic Identity and Does It Matter? **Annual Review Of Political Science**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 397-424, 1 jun. 2006. Annual Reviews. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.polisci.9.062404.170715>.

CORSTANGE, Daniel; YORK, Erik. **Sectarian Framing in the Syrian Civil War**. [S.L.]: Columbia University, 2017.

DENNY, Elaine K; WALTER, Barbara F. Ethnicity and civil war. **Journal Of Peace Research**, [S.L.], v. 51, n. 2, p. 199-212, mar. 2014. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0022343313512853>.

ETH zurich. **International Conflict Research**. Department of Humanities, Social

and Political Sciences. Center for Comparative and International Studies. Disponível em: <https://icr.ethz.ch/data/>. Acesso em: 30 set. 2024

FEARON, James D.. Ethnic and Cultural Diversity by Country. **Journal Of Economic Growth**, Netherlands, v., n. 8, p. 195-222, 2003.

FEARON, James D.; LAITIN, David D.. **Ethnicity, insurgency, and civil war**. Stanford: Stanford University, 2001.

FEARON, James D.; LAITIN, David D.. **Ordinary Language and External Validity: Specifying Concepts in the Study of Ethnicity**. 2000. Department of Political Science. Stanford University, Washington, D.C.

FEDORCHENKO, Lara. **The Instrumentalization of Ethnicity in African Conflicts: the case of darfur**. Universitat Leipzig Global and European Studies Institute. July 2017.

FORD, Robert S.. **The Syrian Civil War: a new stage, but is it the final one?**. Washington: Middle East Institute, 2019.

HARRIS, Erika. What is the Role of Nationalism and Ethnicity in the Russia–Ukraine Crisis? **Europe-Asia Studies**, [S.L.], v. 72, n. 4, p. 593-613, 29 Jan. 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09668136.2019.1708865>.

HERRE, Bastian. **Millions have died in conflicts since the Cold War; most of them in Africa and intrastate conflicts**. Our World in Data. 2024. Disponível em: <https://ourworldindata.org/conflict-deaths-breakdown>. Acesso em: 30 set. 2024.

HOROWITZ, Donald L.. **Ethnic Groups in Conflict**. Londres: University Of California Press, 2000.

JAP, Jangai; COURTIN, Constant. Deciphering Myanmar's Ethnic Landscape: a brief historical and ethnic description of myanmar's administrative units. **International Institute For Democracy And Electoral Assistance (International Idea)**, [S.L.], p. 1-61, 22 nov. 2022. [Http://dx.doi.org/10.31752/idea.2022.57](http://dx.doi.org/10.31752/idea.2022.57).

KALYVAS, Stathis N. 2006. **The Logic of Violence in Civil War**. Nova Iorque: Cambridge University Press.

KRAMER, Tom. Ethnic Conflict and Lands Rights in Myanmar. **Social Research: An International Quarterly**, [S.L.], v. 82, n. 2, p. 355-374, summer 2015.

LANDMAN, Todd. **Issues and Methods in Comparative Politics: an introduction**. 3. ed. New York: Routledge, 2003.

LAUB, Zachary. Syria's **Civil War: The Descent Into Horror**. Council on Foreign Relations. 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/article/syrias-civil-war>. Acesso em: jul. 2024.

Médicos Sem Fronteiras (MSF). **Pesquisas de MSF estimam que pelo menos 6.700 Rohingya foram mortos em um mês em Mianmar**. 2017. Disponível em:

<https://www.msf.org.br/noticias/pesquisas-de-msf-estimam-que-pelo-menos-6700-rohingya-foram-mortos-em-um-mes-em-mianmar/>. Acesso em: 30 set. 2024.

MCGOWAN, Afaf Sabeh. Historical Setting. In: COLLELO, Thomas. **Syria: a country study**. Washington: Library Of Congress, 1988. p. 1-48.

ONU. **Darfur: duas décadas de sofrimento**. 2024a. Disponível em: <https://unric.org/pt/darfur-duas-decadas-de-sofrimento/>. Acesso em: 04 set. 2024.

ONU. **Entenda como a crise em Darfur se tornou humanitária e de direitos humanos**. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/12/1824957>. Acesso em: 30 set. 2024.

ONU. **Líder da ONU pede fim da violência contra civis três anos após golpe em Mianmar**. 2024b. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/02/1827117>. Acesso em: 30 set. 2024.

ONU. **ONU contabiliza ao menos 350 mil mortos em 10 anos de conflito sírio**. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/146256-onu-contabiliza-ao-menos-350-mil-mortos-em-10-anos-de-conflito-s%C3%ADrio#:~:text=Uma%20d%C3%A9cada%20de%20guerra%20na,de%20guerra%20ci vil%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 09 de agosto de 2024.

Our World in Data. **Research and data to make progress against the world's largest problems**. Disponível em: <https://ourworldindata.org/>. Acesso em: 30 set. 2024.

PANTEA, Ana. The Role of State in the Construction of “Otherness” in Myanmar: the case of rohingya muslims. **Studia Universitatis Babeş-Bolyai Studia Europaea**, [S.L.], v. 64, n. 1, p. 219-236, 1 jul. 2019. Babes-Bolyai University Cluj-Napoca. <http://dx.doi.org/10.24193/subbeuropaea.2019.1.13>.

POSEN, Barry R.. The Security Dilemma and Ethnic Conflict. In: HANAMI, Andrew K. **Perspectives on Structural Realism**. London: Palgrave Macmillan, 2003. Cap. 5. p. 83-104.

ROTH, Kenneth. **Mianmar: events of 2021**. 2022. Human Rights Watch. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2022/country-chapters/myanmar>. Acesso em: 05 set. 2024.

SHARABI, Moshe. Ethnicity, Ethnic Conflict and Work Values: the case of jews and arabs in israel. **Journal Of Peace, Conflict And Development**, [S.L.], p. 59-73, mar. 2010.

SZAYNA, Thomas S.; TELLIS, Ashley J.. Introduction. In: SZAYNA, Thomas S. (ed.). **Identifying potential ethnic conflict: application of a process model**. Santa Monica: Rand, 2000. Cap. 1. p. 1-16.

SZAYNA, Thomas S.; TELLIS, Ashley J.; WINNEFELD, James A.. **Anticipating Ethnic Conflict**. [S.L.]: Arroyo Center, 1998.

SZAYNA, Thomas S.; TELLIS, Ashley J.; WINNEFELD, James A.. THE PROCESS MODEL FOR ANTICIPATING ETHNIC CONFLICT. In: SZAYNA, Thomas S. (ed.). **Identifying potential ethnic conflict**: application of a process model. Santa Mônica: Rand, 2000. Cap. 2. p. 17-57.

UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM. **Number of armed conflicts, World**. 2024. Our World in Data. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/number-of-armed-conflicts?time=1989..2023>. Acesso em: 30 set. 2024.

UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM. **Recorded fatalities in UCDP organized violence 1989-2023**. Uppsala Universitet. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/exploratory>. Acesso em: 30 out. 2024.

VAN EVERA, Stephen. **Guide to Methods for students of Political Science**. New York: Cornell University Press, 1997.

VAN EVERA, Stephen. Hypotheses on Nationalism and War. **International Security**, [S.L.], v. 18, n. 4, p. 5-39, spring 1994.

WEBER, Max. Ethnic Groups. In: WEBER, Max. **Economy and Society**: an outline of interpretive sociology. Berkeley, Los Angeles, Londres: University Of California Press, 1978. Cap. 5. p. 385-398.

WILKINSON, Steven. A Constructivist Model of Ethnic Riots. In: CHANDRA, Kanchan (ed.). **Constructivist Theories of Ethnic Politics**. New York: Oxford, 2012. Cap. 10. p. 359- 386.

WILLIAMS, Dodeye Uduak. How Useful are the Main Existing Theories of Ethnic Conflict? **Academic Journal Of Interdisciplinary Studies**, [S.L.], v., n., p. 147-152, 1 mar. 2015. Richtmann Publishing. <http://dx.doi.org/10.5901/mjss.2015.v4n1p147>.

ZAHREDDINE, Danny. A Crise na Síria (2011-2013): Uma Análise Multifatorial. **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4, n.20, out/nov. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/43387/27333>. Acesso em: ago. de 2024.